

*A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*, de Regina Célia Lima Xavier. Campinas, Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996.

**Joseli Maria Nunes Mendonça\***

O estudo de Regina Xavier, originalmente uma dissertação de mestrado desenvolvida no programa de pós-graduação em História da Unicamp, oferece importantes contribuições para a historiografia do processo de abolição e para o enriquecimento dos debates que envolvem aspectos referentes ao exercício da cidadania na sociedade brasileira.

Uma das contribuições que o estudo oferece à historiografia é de ordem metodológica. Qualquer historiador que, como a autora, tenha empreendido a tarefa de buscar nos arquivos respostas sobre as formas como os libertos viveram a liberdade sabe dos percalços a serem enfrentados. Os libertos, especialmente no período posterior à Abolição, como que “desaparecem” dos registros documentais, que nem sempre fazem referência à sua condição, podendo lançar o pesquisador numa incerteza muitas vezes paralisante.

No sentido de vencer tal dificuldade, a autora investigou uma grande variedade de fontes que lhe permitiram recuperar vários aspectos da vida dos libertos. A análise das ações de liberdade desenroladas no município de Campinas de 1870 a 1888, bem como dos testamentos produzidos de 1870 a 1900, trouxe à tona as diversas estratégias empreendidas pelos escravos para atingir a alforria e permitiu recuperar expectativas que senhores, escravos e libertos tinham em relação à liberdade. Por meio de análises pontuais em uma vastidão de fontes, Regina Xavier realizou um criterioso cruzamento de

---

\* Mestre em História pela Unicamp. Professora do Curso de História da Unimep.

|                        |               |      |         |      |
|------------------------|---------------|------|---------|------|
| <b>HISTÓRIA SOCIAL</b> | Campinas - SP | Nº 3 | 211-215 | 1996 |
|------------------------|---------------|------|---------|------|

informações, o que lhe possibilitou construir pequenas biografias de libertos, recuperando o modo como viviam, o espaço urbano que habitavam, as pessoas com quem dividiam o local de moradia, como organizavam suas famílias, como se relacionaram com antigos senhores e com a sociedade em geral. Nesse sentido, foram pesquisados e analisados pontualmente periódicos, várias séries de documentação cartorial, fontes relativas à administração municipal, registros referentes à legislação municipal, entre outros. O procedimento metodológico adotado aponta, assim, uma rica possibilidade de encaminhamento de pesquisa documental e de trato com as fontes para vencer as dificuldades que o desenvolvimento do tema apresenta.

Se o trabalho de investigação junto às fontes é louvável, não é menos admirável a capacidade analítica empreendida. Todo o diálogo que a autora trava com a documentação orienta-se por uma questão de fundo: como os libertos viveram a experiência de se tornar e de ser livres. Assim, trata-se de um estudo que procura recuperar a forma com que os sujeitos sociais viveram a transformação histórica e os significados que lhe conferiram.

Destacando as maneiras pelas quais os escravos procuravam obter a alforria, o estudo mostra que, dentre a diversidade de experiências possíveis, incluía-se aquela resultante do pagamento em dinheiro efetuado pelo escravo ao senhor. Arelada ao acúmulo de um pecúlio, a viabilização da alforria segundo tal estratégia podia significar, para os escravos, a obtenção de uma experiência “de mercado”, expressa pelo recebimento e poupança de ganhos monetários decorrentes do exercício do comércio ou da realização de tarefas determinadas. Para a obtenção do pecúlio, além de moverem-se nos meandros do mercado, os escravos podiam também acionar redes de solidariedade tecidas entre si, com libertos.

A liberdade, entretanto, era uma condição que devia ser reafirmada pelo liberto a cada dia. Nesse sentido, para adquirir e manter as condições de vida dentro de limites aceitáveis, os libertos, cujas histórias a autora recupera, priorizavam a aquisição e manutenção de um patrimônio que, expresso principalmente pela habitação, lhes garantisse uma vida menos insegura, que lhes propiciasse as condições para a formação e manutenção de

sua família, para cujos membros procuravam preservar e transmitir por herança as propriedades constituídas - embora nem sempre conseguissem. Para enfrentar as dificuldades que punham em risco a manutenção dessas condições, acionavam a solidariedade a ajuda de outros libertos com quem haviam compartilhado a experiência de escravidão ou, ainda, buscavam o auxílio e a proteção de seus antigos senhores. Assim, ao contrário de definir a liberdade pela negação da escravidão, podiam acionar vínculos ou agenciar alianças que, construídos na experiência do cativo, representassem uma possibilidade de assegurar as condições com as quais definiam a liberdade.

Outro elemento extremamente interessante e importante apontado pela autora diz respeito às ambigüidades e às dificuldades de definição das situações de escravidão e liberdade nos últimos anos de vigência do regime escravista. Esse aspecto é percebido em vários momentos do estudo, entre eles, a análise que a autora empreende das situações em que o escravo obtinha a liberdade sob condição de cumprimento de serviços que podiam ser especificados em contratos de trabalho. Apesar das várias formas que podiam assumir tais contratos, alguns deles obrigavam o liberto a lançar-se no mercado de trabalho, vendendo seus serviços para que, com os rendimentos obtidos, pudesse suprir as condições que impunham a suspensão de sua liberdade. Ainda que pudesse ter autonomia para atuar no mercado de trabalho e vender seus serviços da forma que julgasse mais conveniente, estava ainda atrelado ao senhor, com o qual assumira compromissos, ao qual devia determinadas obrigações até que pudesse cumprir as condições impostas para obter a liberdade completa. Uma condição complicada, que mostra como a escravidão e a liberdade podiam ser situações que, ao contrário de serem o avesso uma da outra ou substituírem-se unicamente, podiam estar extremamente amalgamadas, podiam constituir condições cujos limites só eram traçados pela experiência cotidiana.

O processo de emancipação e a vida dos ex-escravos em liberdade são temas que, há tempos, vêm merecendo atenção de muitos historiadores e estudiosos de outras áreas de conhecimento das chamadas Ciências Humanas. Várias obras, especialmente as desenvolvidas na década de 60, aborda-

ram, de maneira central ou marginal, a “inserção” do ex-escravos no contexto pós-emancipatório. Uma importante vertente analítica, na qual podemos inserir estudos de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Emilia Viotti da Costa, Otávio Ianni, entre outros, apontou as dificuldades vivenciadas pelos libertos, indicando-as como resultante de um “legado da escravidão”. Porque submetidos ao cativeiro, esses indivíduos teriam sido impossibilitados de desenvolver elementos fundamentais para a “adequação” à liberdade: não puderam criar senso de responsabilidade, foram impedidos de organizar uma vida familiar, viram-se privados da possibilidade de estabelecer laços de solidariedade, não desenvolveram capacidade ou estímulo para a poupança, faltou-lhes um conhecimento de parâmetros econômicos que lhes permitisse inserir-se favoravelmente no mercado de trabalho livre. Em suma, a escravidão teria incapacitado o liberto para o exercício da liberdade. O indivíduo egresso da escravidão só poderia definir a liberdade como a negação de tudo o que pudesse ser relacionado ao cativeiro.

O estudo de Regina Xavier soma-se a uma série de outros trabalhos que, desenvolvidos mais recentemente, têm posto em questão tal linha interpretativa. Os escravos e os libertos cujas histórias a autora recupera demonstram que, apesar das adversidades enfrentadas para a obtenção e para a reafirmação da liberdade, foram hábeis em acionar redes de solidariedade, em utilizar-se da proteção senhorial para favorecer-se; foram capazes de poupar; buscaram constituir um patrimônio, valorizaram a obtenção da moradia, tentaram, e muitas vezes conseguiram, constituir propriedade e desejaram transmiti-la aos descendentes; valorizaram a formação, a manutenção e a segurança de suas famílias.

Os escravos que se alforriaram por meio do pecúlio ou aqueles que firmaram contratos de trabalho como condição para a liberdade, ao contrário do “despreparo” para a inserção no mercado de trabalho livre, vivenciaram situações que poderiam ser fundamentais para a reafirmação de sua liberdade e conquistas de espaços na sociedade. Os contratos que impunham condições suspensivas da liberdade, por exemplo, quando continham cláusulas específicas relativas à quantificação e ao tempo no qual determinados valo-

res deveriam ser pagos, proporcionavam ao liberto a possibilidade de saber quanto valia seu trabalho no mercado, a quantia de que necessitavam para prover suas necessidades básicas e o quanto estava indo para os bolsos de seus senhores. Como a autora indica, “difícilmente poder-se-ia dizer que o liberto não tinha ‘meios’ para se adaptar ao mercado de trabalho livre ou que não tivesse ‘autodisciplina e o espírito de responsabilidade’ necessários” (p. 99).

Se no período posterior à Abolição o liberto sofreu duras restrições ao exercício da cidadania, o que parece inegável, isso não se deveu a um pretenso despreparo ou a alguma força impessoal - como a do mercado. Ao contrário, travava-se naquele momento um embate, no qual estavam em questão a delimitação de parâmetros definidores da liberdade, a luta por direitos e pela manutenção de condições de sobrevivência digna. Nesse embate, também os ex-escravos foram agentes sociais atuantes e não vítimas passivas, espectadores de um destino traçado pelo legado da escravidão.

Todas essas questões, que procurei recuperar aqui pontualmente, estão presentes em vários momentos do livro, dos quais os mais deliciosos são aqueles em que a autora recupera histórias de vida de indivíduos que, moradores de Campinas no final do século XIX, experimentaram a escravidão e a conquista da liberdade. Para não roubar ao leitor o prazer de conhecer esses personagens por meio da primorosa narrativa com que são apresentados, apenas direi que é difícil não se comover com esses homens e mulheres que, como Ludgero Leme Martins, Bento Bueno, Catarino Venâncio, Luiza Benguela, Joaquim Congo e tantos outros, nos contam as dificuldades de se conquistar a liberdade, de fazer-se cidadãos. Mas, antes e acima de tudo, nos mostram as possibilidades transformadoras das ações humanas.